

Negros africanos e afrodescendentes no Povoado de Covalzinho (hoje município de Irati) de 1880 a 1888

Neide dos Santos Rodrigues - UNICENTRO

RESUMO

Este texto tem como objetivo o estudo da presença de escravizados negros na constituição da população que abrangia a região da Comarca de Imbituva e do Povoado do Covalzinho. O exame dos poucos livros que contam a história da região onde hoje é o município de Irati, revela somente algumas referências a negros africanos libertos. Tais livros contam a história de Irati a partir da criação do Município, estamos propondo nossa pesquisa entre os anos de 1884 e 1888 com documentação da Comarca de Imbituva, pois nesse período Irati pertencia a Imbituva e se denominava Povoado do Covalzinho. Serão utilizados como fontes históricas documentos do Arquivo Público do Paraná, livros sobre a história de Irati, documentação do CEDOC da UNICENTRO de Irati, inventários e listas nominativas de habitantes.

Palavras Chave: Negros escravizados – Povoado do Covalzinho – documentos

INTRODUÇÃO

Ao trabalhar com uma produção que utiliza a história como foco, o historiador tem de apresentar a devida postura sobre a abordagem do passado, ou seja, estar subjugado ao crivo da verdade e sua problematização.

Então, é essencial ao historiador conhecer o trabalho e o método de pesquisa daqueles que o precedeu, além de interrogar as obras que consulta não apenas do ponto de vista do conteúdo, sobre o que elas dizem, mas também, sobre quem as escreveu e por que foram escritas, pois conhecer é principalmente questionar e não apenas verificar, constatar, afirmar.

Assim, é de fundamental importância preocupar-se com o processo de construção do conhecimento através de pesquisa e reflexão e sobre isso (CERTEAU, 1982, p.255) afirma:

Existe uma historicidade da história. Ela implica movimento que liga uma prática interpretativa a uma prática social. A história oscila então entre dois pólos. Por um lado remete a uma prática, logo, a uma realidade, por outro é um discurso fechado [...].

Tal movimento se faz presente na historiografia sobre a escravização no Estado do Paraná, pois percebemos nas narrativas históricas essa oscilação: de um lado a realidade de um Brasil como a segunda maior nação negra do planeta, e o Paraná o Estado mais negro da região Sul do País, e do outro, uma escassa produção científica sobre a história do negro escravizado no Paraná.

Por isso, é necessário repensar as representações sobre o negro e as práticas cotidianas que o estabelece como sujeito do presente, fazendo parte do perfil étnico do Paraná num contexto claro de desprivilegiamento. Através da “ideologia do branqueamento” ou por meio das práticas de discriminação habituais, são omitidos “das políticas públicas e pelas pesquisas científicas, os negros deixaram de fazer parte, ou talvez nunca fizessem do perfil étnico”. (BENTO, 2005). Ou ainda porque foram invisibilizados pelos vários modos de representação literária e política ou porque foram marginalizados social e espacialmente, de maneira a serem tratados com demérito.

Portanto, este texto tem como objetivo investigar a presença do elemento africano na região do Povoado de Covalzinho (hoje município de Irati), compreendida como produto das relações sociais e simbólicas dos grupos humanos, e assim contribuir para a compreensão da vida dos negros nesse espaço, no final do século XIX.

Assim é eminente reconhecermos que a região do Povoado de Covalzinho (hoje município de Irati) é também o resultado de um processo de construção material, histórico e simbólico, que contou com a participação de vários grupos, entre eles os africanos e seus descendentes. Quando nos referimos à região do Povoado de Covalzinho, atualmente Irati estamos reportando a uma espacialidade que precisa ser referenciada: a noção de região.

Sobre região

Sobre o conceito de região compreendemos que “fazer história regional é fazer história da invenção das regiões e do local em dado tempo, em dadas condições históricas. Não é fazer história de um dado tema tomando a região e o local como mero cenário, como mero recorte espacial em sua pesquisa” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.30).

Por isso, trata-se de buscar a historicização do processo e fazer a articulação do espaço regional à sua dimensão social e histórica, onde vamos encontrar cenários de possibilidades, de estratégias e de alianças, porque são construídos pelos atores sociais em suas inter-relações. Também devemos estar atentos e interrogar os processos de definição e institucionalização dos fatos históricos para que nosso trabalho não seja uma simples reprodução acrítica.

Iniciando a discussão sobre o conceito de região, nosso trabalho dialoga com (SOCHODOLAK, 2011, p.14), cuja compreensão que se tem de região é aquela em que a descreve como lugar em que há identificação distinta das

coisas entresi e “onde o fenômeno aparece e esconde”. Aparece como manifestação que expressa harmonia, prudência, exatidão, ilusão, sonho, na construção de um eu, individual/coletivo, de uma identidade, sobrepondo ao que oculta, “a dinâmica caótica, múltipla e indeterminada das diferenças” e ainda manifestação que expresse força de vibração e autenticidade. Essa compreensão de regiões constitui, por exemplo, ter outro olhar sobre o conhecimento historiográfico/científico que realiza uma narrativa sobre a vida monograficamente emoldurada, em prejuízo dos relatos das culturas não científicas.

Com(SIQUEIRA, 2011, p.3), que diz que o conceito de região está atrelado “às tramas e tessituras do poder, a exercitação da política que permeia as relações de produção e plasma a criação cultural, reiterando relações sociais, com rebatimento na produção do espaço”. O que nos faz entender que a região mesmo estando localizada espacialmente, contém outra dimensão de espaço: aquele altamente histórico, pois foi construído pelos atores sociais nas relações produzidas e reproduzidas socialmente.

Assim, sempre que encontrar em documentos a construção regional não vamos imaginar que esta corresponde somente a uma simples segmentação de um território, o que corresponderia um sentido naturalizado a esta noção, mas pensemos como sendo resultado “de delimitações territoriais, tanto físicas, quanto econômicas, quanto políticas, quanto simbólicas feitas a partir da luta entre distintos grupos sociais, entre diferentes interesses de toda ordem, o que efetivamente dá a ela seu caráter histórico” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.28).

E também, com(BEZZI, 2004), que partindo de reflexões anteriores, sugere compreender região na atualidade, como um recorte espacial (subespaço) ativo, que se compõe e se recompõe em um tempo deliberado, considerando as alterações naturais, humanas, históricas, sociais, econômicas, políticas e culturais nele produzidas. Deste modo, região deve ser concebida pelo viés do arcabouço social e econômico.

Assim como, a partir da titulada “geografia crítica” (que agrupa as premissas do materialismo dialético e histórico), alguns geógrafos tem apresentado um novo conceito de região, adequado a perceber as diferenças e incoerências originadas pelos atos humanos, no decorrer da História, em determinado espaço. Tais geógrafos entendiam a organização espacial, como sendo sempre a constituída em uma categoria social, produto do labor dos homens e da forma deles se relacionarem entre si e com a natureza. “Partindo desse quadro teórico, definem *região* como a categoria espacial que expressa uma especificidade, uma singularidade, dentro de uma totalidade: assim, a região configura um espaço particular dentro de uma determinada organização social mais ampla, com a qual se articula” (Amado, 1990, p.8).

E por fim, com (BOURDIEU, 1996, p.115), que nos leva a compreensão de região que tem seus limites definidos por critérios diversos e que os mesmos não são sempre coincidentes. Ele afirma: “cada um está de acordo em notar que as “regiões” delimitadas em função dos diferentes critérios concebíveis (língua, habitat, amanhã da terra, etc.) nunca coincidem “perfeitamente” e na maioria das vezes resultam de forças no campo das lutas pela delimitação legítima. Porque “regiões” podem ser capturadas pelo poder político de abrangência regional e municipal e estar a serviço da legitimação das territorialidades que são separadas através das lutas políticas, econômicas e simbólicas que segmentam esse mesmo espaço.

A região como sendo uma produção histórica e implícita no discurso dos atores, possibilita inventariar narrativas e com isso resgatar práticas e saberes em torno da realidade desse espaço. Pois a partir do instante em que o homem age numa determinada região com suas ideias e formas de produzir, ele provoca uma nova organização do espaço. É nesse contexto que queremos perceber alguma especificidade do ponto de vista social e étnico.

Principiando por essas premissas, temos a possibilidade de identificar as relações sócio-culturais do negro escravizado do Povoado do Covalzinho, entendendo que relações sócio-culturais segundo (ZART, 2009, p.2), como conhecimentos, percepções, valores, posturas e as convergências que grupos

sociais possuem, criam e recriam, a partir das vivências e compreensão de mundo que cultivam nas práticas diárias. Quando nos referimos a grupos sociais é para exprimir a ideia de que a coletividade não possui configuração homogênea, mas que a variedade sociocultural se revela em qualquer organismo social podendo ser em termos de classe social, étnica, gênero, cultural e ou individual.

Sobre escravização no Paraná

Na historiografia paranaense, a produção não é farta e encontra-se dispersa. Tal produção ainda retrata um tempo em que o negro era desvalorizado, pois aqui a variável cor, além de ser muito subjetiva, estava afetada pelos preconceitos, de modo que ela aparece como insignificante, derivando daí à omissão da escravização no Estado. Tal situação não é diferente, quando focalizamos, o Povoado do Covalzinho, pertencente à Comarca de Imbituva. Essa omissão fica clara quando (ORREDA, 1974, p.1) escreveu:

A formação étnica da região Sul difere das demais áreas do território brasileiro, principalmente pela pequena influência do negro e do branco de origem lusitana. Enquanto o português, o africano e o índio constituem o tripé da nacionalidade, no Sul predominou a colonização efetuada a partir do século XIX por alemães, italianos e eslavos.

Podemos notar ainda, que nas palavras de (ORREDA, 1974) está implícita a “ideologia do branqueamento” que colocou em ação um projeto que visava transformar o Brasil num país branco, incentivando a vinda de imigrantes europeus para cá, estimulando a miscigenação para a população ir branqueando. Como também, o mito da democracia racial, ideias muito divulgadas pelos antropólogos, historiadores e outros estudiosos, de que no

Brasil, brancos e negros conviviam harmoniosamente, mesmo no período do escravismo.

Segundo (CUNHA JR, 2006), isso não acontece somente pela submissão a um processo de dominação e imposição da cultura ocidental e de uma visão eurocêntrica de mundo. Temos ainda outros complicadores que são produtos de grupos sobre a cultura brasileira e também paranaense, cuja tendência é colocar os africanos no campo do exótico, do precário ou do incompleto, porque partem de um grande desconhecimento sobre a África. A ideologia da cultura brasileira (o Paraná não está isento disso), sempre anuncia o desaparecimento das culturas afrodescendentes, das identidades, dos seres.

(SILVA, 2010, p.85), nos diz que o significado mais simples de cultura afirma que ela envolve todas as práticas materiais e as exterioridades de um povo. Ou seja, cultura é tudo aquilo produzido pela humanidade seja na concepção a nível concreto ou no nível imaterial, desde artefatos e objetos até ideias e crenças. Cultura é todo intrincado de conhecimentos e toda destreza humana empregada socialmente.

Para (BURKE, 2010, p.11), “cultura” é um termo incerto, com muitas definições antagonistas; mas ele a define como “um sistema de significados, atitudes e valores partilhados e as formas simbólicas (apresentações, objetos artesanais) em que eles são expressos ou encarnados”. Enfatiza ainda que cultura nesse sentido faz parte de toda uma maneira de vida, mas não é análoga a ela.

Portanto, cultura e história vão mostrar sempre aspectos críticos quando são tratados pela carga política que essas definições e conceitos contêm. As definições de cultura e história englobam sempre concepções sobre as quais não existe uma mesma opinião, a perspectiva e as definições fazem parte das lutas políticas tanto na vida social como na historiografia, ou nos registros sobre o passado. Diante disso, é que a invisibilidade do negro e de sua cultura aparece colocada na sociedade brasileira.

A escravização no Paraná teve sua relevância, principalmente onde a economia estava ligada a outras regiões do País. Mesmo nos espaços onde a economia era de subsistência e para o abastecimento local, o uso do escravizado, apesar de ser em menor número em comparação com outros Estados, não deixava de ser importante para o desenvolvimento do Estado.

Conforme o que temos enunciado até aqui é interessante as considerações feitas por (SANTOS, 2001, p.33): “De acordo com o Censo Geral de 1772, feito pela Capitania de São Paulo, a população paranaense era composta de 7626 habitantes, dos quais 28,8% eram escravos”. Diante disso, como ignorar a contribuição do negro na economia desse Estado? Embora a escravização no Paraná não tenha sido tão intensa, pois ao lado dos negros escravizados trabalhavam homens livres, ela atuou, nos diversos meios de produção e marcou intensamente a estrutura econômica paranaense.

Tais evidências estão contidas em documentos oficiais que se encontram no Arquivo Público do Paraná, nos jornais da época, nas listas nominativas de habitantes, nos inventários, nos testamentos, que são fontes de pesquisa historiográfica de grande relevância.

Para levar a termo nosso trabalho, lançamos mão de fontes históricas como: correspondências oficiais encontradas no Arquivo Público do Paraná, livros sobre a história de Irati, inventários, registros de casamento e de batismo e relatórios de inspetor de quartirão.

Diante da falta de clareza dos fatos, pretendemos investigar essa história e poder contá-la de outra forma, através de um olhar crítico percebendo nas entrelinhas da história que já foi contada sobre a atual Irati, alguns vestígios que poderão surgir e conter nossas inquietações.

Como resultado, pela análise dos documentos que temos em mãos (que não são todos), a confirmação da presença de negros africanos e afro descendentes no Povoado de Covalzinho dentro do recorte temporal proposto. Nossa temporalidade foi determinada por ser um espaço de tempo próximo da

desvinculação do Povoado do Covalzinho de Imbituva e porque os primeiros documentos encontrados estavam dentro desse tempo, nos quais percebemos a presença de negros escravizados e afrodescendentes contrariando o que testemunha a oralidade, como também, a ausência desses sujeitos nas narrativas dos memorialistas.

Nosso intuito é contribuir para a produção do conhecimento histórico com qualidade formal e política; imaginando a região em estudo, como sendo uma construção histórica dependente de relações sociais entre grupos sociais. Além disso, tal espaço é constituído de ambientes construídos e ambientes naturais.

Ao propor a análise entre os livros sobre a história de Irati e os documentos já citados anteriormente, é necessário ponderar o que nos diz (ALBUQUERQUE JR, 2012):

O historiador que se interessa pela região, por qualquer recorte especial que assim é nomeado, deve estar atento para os afrontamentos políticos, as lutas pelo poder, as estratégias de governo, de comando, os projetos de domínio e de conquista que aí estão investidos, que fizeram parte de sua instalação e demarcação, que estabeleceram as fronteiras e os limites que agora podem reivindicar como sendo naturais, ancestrais, divinos ou legítimos.

Pois toda a história de uma região (contada pelos memorialistas) está ancorada em um mito de fundação que são os pioneiros, realimentando as mitologias que sustentam o discurso regional, os estereótipos regionalistas e os preconceitos por origem geográfica e lugar. Então, nossa tarefa é questionar os muros desta identidade regional, onde a cor branca prevalece e desconstruir a utopia do mito do branqueamento.

No Arquivo Público do Paraná encontramos nas correspondências oficiais, cinco documentos que citam escravizados em Imbituva, da qual o Povoado de Covalzinho fazia parte. Dois documentos de 1884: um informa por telegrama o número de escravizados de cinco lugares, entre eles Imbituva, que aparece com 83 escravizados, e o outro comunica que “após verificar os livros de matrícula especial dos escravos do município de Conchas e Imbituva não consta no trimestre de outubro a dezembro, escravos que tenham atingido a idade de 60 anos”. Um documento de 1885, informando a regularização do processo de libertação dos escravizados do município de Ponta Grossa, Concha e Imbituva e que pede autorização de pagamento. Dois documentos de 1888: um comunica que “nenhum dos escravos matriculados no município de Conchas e Imbituva atingiu a idade de 60 anos” e o outro informa que “nenhum dos escravos matriculados no município de Balça e Imbituva atingiu 60 anos”.

Conclusão

Não podemos afirmar diante das evidências dos documentos já analisados, citados anteriormente, que a região em estudo não teve a participação dos negros escravizados, em seu cotidiano. Fica evidenciado o contrário: que o negro escravizado era presença constante nesse espaço. Se eles não ocupavam esse espaço, porque pedir informação sobre eles? E mais de uma vez? E o telegrama citando 83 escravizados?

Nosso trabalho está apenas no começo. Ainda temos um longo caminho a percorrer para chegar a algumas constatações. No momento estamos analisando as listas nominativas, os relatórios dos quarteirões, eos inventários e ainda não concluímos o estudo. Portanto não podemos apontar como eram as relações sociais entre o contingente dessa população.

BIBLIOGRAFIA

Arquivo Público do Paraná. **Catálogo seletivo de documentos referentes aos africanos e afrodescendentes livres e escravos.**

AMADO, J. **História e região: reconhecendo e construindo espaços.** In: República em Migalhas História Regional e Local. SILVA, M. A. da (Coord.). São Paulo: Editora Marco Zero, 1990.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Fazer história sem limites: a historiografia e as identidades espaciais.** In: SHOCHODOLAK, H., KLANOVICZ, J., ARIAS NETO, J. M., Orgs. Regiões, imigrações, identidades. Ponta Grossa, PR: ANPUH – PR, 2011.

_____, **Objeto em fuga.** Disponível em

WWW.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/./objeto_em_fuga.pdf

Último acesso em março de 2012.

BENTO, M.M.S. **Onda Negra, Medo Branco.** O negro no Imaginário das Elites Século XIX. São Paulo: Annablume, 2004

BEZZI, M.L. **Região: Desafios e Embates Contemporâneos.** In: SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. (Org.). Desigualdades Regionais – Série Estudos e Pesquisas. Salvador: Bigraf, 2004.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação.** Trad. Mariza Corrêa. Campinas, S.P. Papirus, 1996.

_____. **O poder simbólico.** Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil AS. 1996.

BURKE, P. **Culturapopular na Idade Moderna: Europa 1500-1800.** Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CERTEAU, M. de. **A escrita da história.** Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2002.

ORREDA, J.M. **Irati.** Irati: Edipar-Editora Sul-Oeste do Paraná Ltda. 1974.

SANTOS, C. A. R. dos. **Vida material e econômica.** Curitiba: SEED, 2001.

SIQUEIRA, A. J. **Ciclo de Conferências Brasil 500 anos** realizado pela Fundação Nacional de Arte-Funarte – em sua quarta edição Nação e Região, no Rio de Janeiro, aos 11 de outubro de 200.

SILVA, K.V. e SILVA, H.M. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2010.

ZART, L. L. **Orientações socioculturais para o desenvolvimento da educação ambiental**. Disponível em:
WWW.anped.org.br/reunioes/25/texced25.htm#gt3.

Último acesso em 28/07/2013.



International Congress of History
Congreso Internacional de Historia

**VI CONGRESSO
INTERNACIONAL
DE HISTORIA**

ISSN 2175-4446 (ON-LINE)
25 A 27 DE SETEMBRO DE 2013

10.4025/6cih.pphuem.268